

## Coluna do Castello

### Crise leva ao anti-Machiavel

**Brasília** — Explicando sua renovada proposta de que a abertura brasileira passe a ser conduzida na base de uma negociação semelhante à que gerou o Pacto de Moncloa — que viabilizou e acelerou a abertura democrática espanhola —, o Senador José Sarney acha que as etapas já cobertas pela distensão brasileira aconselham uma mudança de estratégia, pois a atual já produziu os resultados possíveis. Hoje deve ser acelerado o processo e, portanto, alterada a estratégia que foi formulada no Governo Geisel pelo Ministro Golbery do Couto e Silva.

Para o presidente do PDS o gradualismo da estratégia da distensão inspira-se na doutrina clássica de Machiavel, segundo a qual deve o Príncipe fazer o mal de uma só vez e fazer o bem aos poucos para deles retirar o maior proveito. A terapêutica por fases esgotou suas virtualidades, observa o Sr Sarney, e agora, diante da crise que alcança diversos setores da vida nacional, impõe-se uma negociação organizada e abrangente de modo a acelerar a implantação do projeto democrático.

Lembra o dirigente pedessista que, na Espanha, a negociação se fez no âmbito estritamente político, pois o problema principal a resolver era de natureza política. O resultado, como se sabe, foi altamente positivo e, na base do entendimento de todas as correntes partidárias, pôde o Rei Juan Carlos conduzir uma rápida montagem do sistema democrático, hoje consolidado e a servir de precedente e exemplo para as nações que viveram experiências de transição de regimes fechados para regimes abertos.

No Brasil a negociação já não pode ser estritamente política, pois a conjuntura dá prioridade à solução da crise econômico-financeira, que atingiu tal intensidade que começa a gerar efeitos sociais altamente nocivos. Sem esquecer o objetivo final, de cunho político, um pacto brasileiro deveria fazer-se na base de uma composição de correntes e interesses para distribuir sacrifícios em nome de uma solução de consenso para os graves problemas com que estamos às voltas.

O presidente do PDS aparentemente se esquece da decisão do Presidente da República de sustentar a política de negociação com o FMI comandada pelo Ministro Delfim Neto, cuja posição política dentro do Governo foi reforçada com os recentes acontecimentos na sua área. Acha o Sr José Sarney que a formalização de um pacto brasileiro não exclui a participação do Ministro Delfim Neto, que seria sensível à situação pré-explosiva do país. O PDS sente-se na obrigação de abrir clareiras e não pode excluir previamente grupos, pessoas ou hipóteses de soluções que componham as diversas correntes representativas em torno de soluções de consenso.

O Senador pelo Maranhão entende que os Partidos devem ser convocados para a negociação de âmbito nacional, mas admite que os Partidos brasileiros, de limitada vivência e curta existência, carecem de estruturas que abarquem todos os segmentos da sociedade brasileira. Nenhum desses segmentos — acrescenta — poderá ser excluído de uma negociação global, e essa consideração induz a ampliar o leque de participantes de negociações visando a soluções de unidade nacional.

A crise econômica e social se apresenta tão grave que é preciso arregimentar a consciência da sociedade, mediante a inclusão nas gestões de todos os seus elementos representativos, para uma tomada de posição. Os Partidos seriam obviamente parte das negociações, mas não se deve esquecer que parcelas significativas do operariado brasileiro estão hoje organizadas e em condições de defender seus interesses tanto quanto o empresariado da indústria, do comércio e do setor de serviços. As representações de classe deveriam ser partes necessárias da negociação.

Também deveriam ser consultados os organismos representativos de outros segmentos da sociedade, como a Igreja, a Ordem dos Advogados, a ABI e outras instituições ou associações de elevada representatividade.

O Senador não esclarece se sua proposta tem respaldo no Palácio do Planalto, limitando-se a observar que, no regime presidencialista, a iniciativa política é sempre do Presidente da República, cabendo aos Ministros, dirigentes partidários e líderes parlamentares agir em função das diretrizes e das instruções do Chefe do Governo. Lembrou a negociação nacional realizada por Petrônio Portela, somente viabilizada pela inspiração que o Ministro teve do então Presidente Ernesto Geisel. Isso pode levar a crer que o desdobramento da proposta Sarney esteja na dependência de instruções do Palácio do Planalto.

#### Andreazza e o Nordeste

Partidários da candidatura do Ministro Mário Andreazza incomodaram-se com a proposta de criação do Ministério do Nordeste, iniciativa que envolveria crítica à atuação do Ministério do Interior, que vem conduzindo a política federal relacionada com as diversas regiões do país. O Nordeste, como se sabe, é tido como a principal base eleitoral da candidatura Andreazza.

#### O malufismo no Maranhão

O Senador Sarney considera limitado, por enquanto, o malufismo no Maranhão. O ex-Governador de São Paulo conta ali com o apoio de um Senador e de quatro deputados federais, enquanto permanecem na expectativa da coordenação do Presidente dois Senadores, 10 Deputados federais e quase toda a bancada estadual.

Carlos Castello Branco